

Domingo, 07 de Junho de 2026

## **Polícia Civil cumpre 17 mandados em investigação sobre falsificação e venda de atestados médicos**

**Em Várzea Grande**

Redação

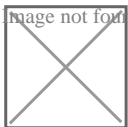
A | A

A Polícia Civil de Mato Grosso deflagrou, nesta terça-feira (28.05), a Operação Carimbo Fake para cumprir 17 ordens judiciais em Cuiabá e Várzea Grande contra agentes públicos e particulares em uma investigação sobre falsificação e comércio de atestados médicos falsos.

As investigações da Delegacia Especializada de Combate à Corrupção (Deccor) apuraram que agentes públicos de unidades de Pronto Atendimento da Secretaria de Saúde do Município de Várzea Grande realizaram a vendas de atestados médicos falsos.

O resultado da investigação foi apresentada à 4ª Vara Criminal de Várzea Grande, que, após manifestação favorável do Ministério Público, expediu oito mandados de buscas domiciliares e nove medidas cautelares, sendo duas ordens de afastamento do cargo, uma ordem de impedimento/suspensão de eventual nomeação em atividades relacionadas à Secretaria de Saúde Municipal de Várzea Grande e Secretaria Estadual de Saúde; três ordens de proibição de frequentar qualquer unidade de saúde (Upa, hospital ou pronto socorro públicos do Município de Várzea Grande) e três proibições de qualquer tipo de contato entre os investigados, testemunhas e outros servidores da saúde do município de Várzea Grande.

Image not found or type unknown



Perícias técnicas realizadas comprovaram que diversos atestados médicos foram produzidos com carimbo e assinaturas falsos. Depois, os atestados eram vendidos pelo aplicativo WhatsApp e os pagamentos realizados via Pix, diretamente na conta bancária de servidores públicos municipais.

A investigação identificou que eram utilizados carro de aplicativo de transporte para a entrega dos atestados falsos aos interessados.

Image not found or type unknown



As investigações tiveram início a partir de informações recebidas na 1ª e 2ª Delegacia de Polícia de Várzea Grande que, ao identificarem o envolvimento de agentes públicos, remeteram as denúncias à Delegacia de Combate à Corrupção para continuidade das investigações.

Os investigados devem responder pelos crimes de falsificação de documento público, corrupção passiva, corrupção ativa além de outros crimes conexos a apurar.